

CLARO & ESCURO

DENÚNCIA OU COINCIDÊNCIA

Em meio à movimentação por reeleição, surge uma denúncia anônima que coloca a gestão sob lupa. Transparência questionada, obras suspeitas e gastos em comunicação entram no pacote, aquele combo clássico que sempre aparece quando o cenário esquenta. A investigação abre mais um capítulo onde tudo ainda é “suposto”, mas já suficiente para alimentar dúvidas. No meio disso, fica a velha reflexão: coincidência de timing ou roteiro já conhecido da política, onde denúncias e disputas caminham lado a lado?

CADEIRA GARANTIDA

Quando a vaga não vem, o caminho é procurar onde ela já está reservada. Sem sinal verde para compor chapa majoritária, o empresário fez o movimento clássico: saiu de onde era promessa e foi para onde já havia definição. Depois de conversas que terminaram com portas meio fechadas e decisões já carimbadas, a escolha foi pragmática. No novo partido, não tem suspense, tem posição assegurada. No fim, menos sobre ideologia e mais sobre espaço: na política, quem não é prioridade vira plano B... ou muda de lugar para deixar de ser.

PERSISTÊNCIA OU TEIMOSIA

Tem candidatura que nasce de estratégia, e tem aquela que parece movida na base da insistência. Após derrotas e várias trocas de partido, o nome volta ao jogo como quem acredita que, uma hora, a maré vira. Com discurso alinhado a uma parcela do eleitorado, pode até somar votos e marcar presença. O problema é que, desta vez, o tabuleiro está cheio de peças pesadas, tornando o caminho ainda mais estreito. No fim, fica a dúvida: é resiliência política ou aquela velha dificuldade de aceitar que nem sempre é a vez?

EMENDA OU ENREDO

A nova polêmica envolvendo dois irmãos da política reacende um roteiro que o eleitor já conhece bem. Investigações apontam suspeitas sobre o uso de emendas parlamentares, com recursos passando por entidades e levantando dúvidas sobre o destino final. Mandados foram cumpridos e o caso agora segue sob análise, enquanto versões oficiais tentam segurar o impacto. No discurso, tudo ainda é apuração. Na prática, o episódio joga luz sobre um tema recorrente: quando o dinheiro público entra em cena, a linha entre política e suspeita fica cada vez mais fina, é difícil de explicar.

CRÉDITO: GENIOL

Caça Palavras Uma Palavra

T T T E A A T T P E T T P E P P A P P P
 T E P P T A A E A A A E P E E A P E T A
 E A E E T A P T E A E T T P P P P T T T
 E A P E E A A E P T P E E T T T A P E A
 P P A P T T A A T T T E E E E A A E E T
 A E E E E E P T E E T P T E P P E T A P
 T E T P E T T P E P P T E E A T E T P P
 P A T A T T A E T A E T T P E P P P
 E A T E T P T E A T P A A A P P T P A T
 T E P P T A A E P E T P E T P E A T T T
 E P P A E A P T P P T E A E P T A T P E
 T E P E E T T P E E E T P A T A E T T P
 E E T T P A A T P E T E A E T E E E A E
 A E E A E E E T A P E A E T E T P T E A
 P A E T E P T E P P A T A A A E A A E E
 T E A T P A T T E A E T T A T P A E T A
 E A T P T A E P P P P E P A E A A P A E
 P A P A P T T E A P P P T E E A E T P T
 A P E P P A A T A A T A T A P P P E A A
 T T P T T E A T T T T E T E P E P P T T

UMA PALAVRA
 TAPETE

ARTIGO LIBERDADE DE IMPRENSA: DIREITO, RESPONSABILIDADE E ÉTICA

CRÉDITO: ACESSORIA MAX RUSSI



Todo indivíduo é livre para pensar, escolher e agir. Esse é um direito fundamental, garantido pela Constituição e reconhecido como base de qualquer sociedade democrática. A liberdade de expressão e de imprensa figura entre os pilares mais preciosos de qualquer democracia que se pretenda verdadeira. Sem ela, não há debate público, não há fiscalização do poder, não há cidadania plena. Essa prerrogativa, porém, não é irrestrita. Ela caminha lado a lado com a responsabilidade de cada um.

Neste 3 de Maio, Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, é oportuno refletir sobre o equilíbrio entre a

liberdade de escolha e a responsabilidade social. A liberdade de imprensa não se sustenta apenas no direito de publicar. Ela se sustenta, sobretudo, na consciência de que toda palavra publicada tem peso, alcance e consequência real na vida das pessoas.

A imprensa livre é o termômetro da saúde democrática de uma nação. Onde ela é silenciada, a tirania prospera. Onde o jornalismo é exercido com rigor, ética e coragem, os cidadãos têm acesso à verdade e podem exercer a cidadania com plenitude. Por isso, defender a liberdade de imprensa não é pauta de jornalistas apenas: é causa de toda a sociedade.

Contudo, liberdade sem responsabilidade é licença para o caos. A informação irresponsável, distorcida ou mal-intencionada não ilumina, obscurece. Ela não fortalece a democracia, a corrói. O fornecedor de informação deve considerar o impacto social do que divulga. Toda escolha produz um resultado, e suas consequências recaem sobre quem as toma e sobre a coletividade.

A liberdade de imprensa não se confunde com impunidade. Criticar o poder, denunciar irregularidades e dar voz aos sem voz são funções nobres e indispensáveis do jornalismo. Mas fazê-lo com base em falsidades ou sem rigor ético não é jornalismo, é desinformação. E a desinformação, nos tempos atuais, é uma das maiores ameaças à democracia e à convivência social.

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso reconhece e valoriza o papel fundamental da imprensa na construção de uma sociedade mais justa e informada. Jornalistas que atuam em Mato Grosso, no Brasil e no mundo merecem condições seguras para exercer sua profissão, proteção diante de ameaças e reconhecimento diante da função pública que

desempenham. Somos todos responsáveis por nossas palavras e atos. O abuso da liberdade de expressão traz consequências imediatas, não apenas para quem sofre com a informação equivocada, mas para a sociedade como um todo. Um país que não cuida da qualidade da informação que consome e produz está, progressivamente, minando os alicerces da própria democracia.

Por isso, neste Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, minha mensagem é dupla, que celebremos a imprensa livre como bem coletivo insubstituível e que reafirmemos que a liberdade verdadeira é aquela que carrega consigo a consciência do dever. Direito e responsabilidade não se excluem: se completam. Essa é a essência de uma imprensa que, de fato, serve ao povo.

Max Russi, deputado estadual e atual presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso

Os artigos são de responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do portal O Mato Grosso.

APNEIA DO SONO E OBESIDADE: COMBINAÇÃO QUE SOBRECARRREGA O CORAÇÃO

CRÉDITO: ARQUIVO PESSOAL



Apneia do sono é um distúrbio frequente e muitas vezes subdiagnosticado, que mantém uma relação fortemente associada com a obesidade e com o aumento do risco de doenças cardiovasculares. Não se trata apenas de um problema do sono, mas de uma condição sistêmica que afeta o organismo como um todo.

Durante o sono, ocorrem pausas repetidas na respiração, provocando quedas nos níveis de oxigênio e microdespertares ao longo da noite. Mesmo sem que o paciente perceba, o corpo entra em um estado contínuo de estresse, com liberação de

hormônios como adrenalina e cortisol, o que contribui para o aumento da pressão arterial e para alterações metabólicas importantes.

A obesidade é um dos principais fatores de risco para a apneia, especialmente pelo acúmulo de gordura na região cervical, que favorece a obstrução das vias aéreas. Além disso, o excesso de tecido adiposo está associado a um estado inflamatório crônico e à resistência à insulina, criando um ambiente propício para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares.

Os sinais muitas vezes são negligenciados: ronco alto, pausas na respiração durante o sono, sonolência excessiva ao longo do dia, cansaço persistente e dificuldade de concentração.

Essa combinação impacta diretamente o coração e os vasos sanguíneos, favorecendo hipertensão arterial, arritmias, sobrecarga cardíaca e maior risco de eventos como infarto e acidente vascular cerebral. Ao longo do tempo, a repetição dessas alterações compromete a função cardiovascular de forma progressiva.

Os sinais muitas vezes

são negligenciados: ronco alto, pausas na respiração durante o sono, sonolência excessiva ao longo do dia, cansaço persistente e dificuldade de concentração são alguns dos indicativos mais comuns, mas nem sempre valorizados.

O tratamento da obesidade é um passo essencial para interromper esse ciclo. A perda de peso contribui para a redução dos episódios de apneia, melhora a oxigenação durante o sono e reduz o impacto sobre o sistema cardiovascular.

Além disso, o tratamento adequado da apneia, quando indicado, também desempenha papel importante na proteção do

coração. A apneia do sono associada à obesidade não deve ser vista como um desconforto isolado, mas como um fator de risco relevante e silencioso para doenças cardíacas. Reconhecer os sinais e buscar avaliação especializada é um passo decisivo para preservar a saúde e a qualidade de vida.

Mariana Ramos é endocrinologista na Fetal Care, em Cuiabá-MT.

Os artigos são de responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do portal O Mato Grosso.

O Mato Grosso

WWW.CALIDADE.COM/RESPONSABILIDADE

EXPEDIENTE

RAZÃO SOCIAL	RG MARKETING E COMUNICAÇÃO LTDA
ENDEREÇO	Rua. Francisco Alves, Quadra 32 Jardim Costa Verde Várzea Grande - Cep: 78 128 302
CNPJ	12.003.203/0001-10
E-MAIL	redacao@omatogrosso.com
TELEFONE	(65) 99341-5302 (65) 3362-0992
JORNALISTAS RESPONSÁVEIS	Genelice Lannes
DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINAL	omatogrosso.com Matheus Marques
TRIAGEM	3000 EXEMPLARES
DISTRIBUIÇÃO	GRATUITA

SAÚDE PÚBLICA

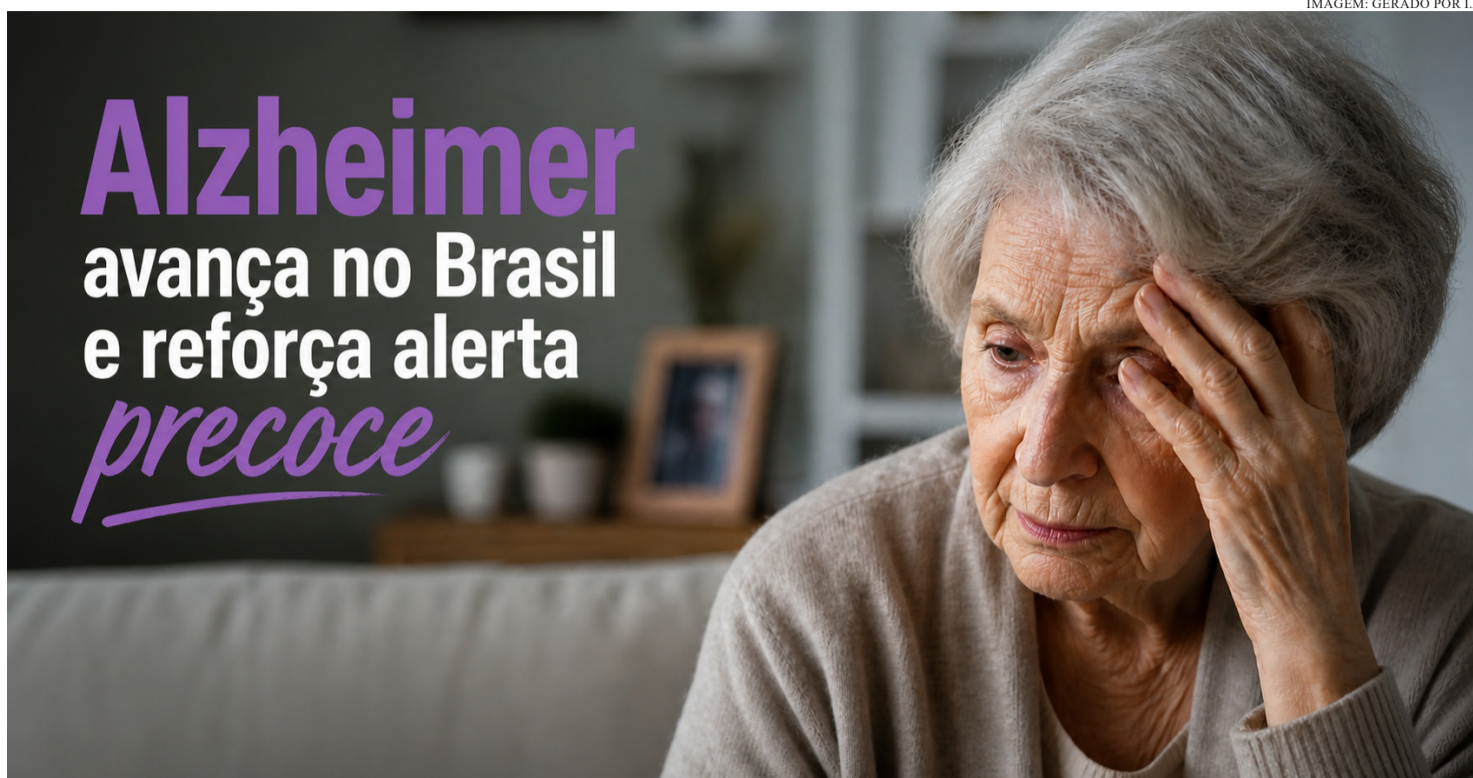
ALZHEIMER AVANÇA NO BRASIL E REFORÇA ALERTA PRECOCE

O Alzheimer consolidou-se como a segunda doença mais temida pelos brasileiros, atrás apenas do câncer, segundo levantamento do Instituto Datafolha. O dado revela mais do que medo: expõe a crescente preocupação com o envelhecimento da população e com os impactos da perda progressiva da memória, da autonomia e da identidade.

A pesquisa mostra que 75% dos entrevistados apontam o câncer como maior temor, enquanto 13% citam o Alzheimer, à frente de doenças como AIDS (9%) e Parkinson (1%). Esse cenário reflete não apenas a gravidade clínica, mas o impacto emocional e social da doença, que afeta diretamente famílias inteiras.

O avanço do Alzheimer acompanha uma tendência demográfica. Com o aumento da expectativa de vida no Brasil, cresce também o número de casos. Hoje, cerca de quatro em cada dez brasileiros afirmam conviver com familiares ou amigos diagnosticados com a doença. Embora mais comum após os 65 anos, há registros em faixas etárias mais jovens, o que amplia o alerta.

Do ponto de vista clínico, o Alzheimer é a forma mais comum de demência e se desenvolve de maneira progressiva.



APESAR DE AINDA NÃO EXISTIR CURA DEFINITIVA, OS ÚLTIMOS ANOS MARCARAM AVANÇOS IMPORTANTES NA CIÊNCIA.

Inicialmente, surgem sinais sutis, como esquecimentos frequentes e dificuldade em tarefas cotidianas. Com o tempo, há desorientação, alterações de comportamento e comprometimento da linguagem. Em estágios mais avançados, o paciente perde a independência e passa a necessitar de cuidados integrais.

A doença está associada ao acúmulo de proteínas anormais no cérebro, como beta-amiloide e tau, que prejudicam a comunicação entre os neurônios e levam à morte celular. Esse processo é lento, silencioso e, muitas vezes, identificado tardiamente.

Medicamentos e avanços no tratamento

Apesar de ainda não existir cura definitiva, os últimos anos marcaram avanços importantes na ciência. Novas terapias passaram a atuar diretamente nos mecanismos da doença, abrindo caminho para tratamentos mais eficazes.

Entre os principais destaques estão o Lecanemab e o Donanemab. Esses medicamentos, aprovados em alguns países para uso em fases iniciais, atuam na redução das placas de beta-amiloide no cérebro. Estudos indicam que podem retardar a progressão

cognitiva, embora não revertam danos já instalados.

Essas terapias representam uma mudança de paradigma ao buscar modificar o curso da doença, e não apenas aliviar sintomas. No entanto, ainda enfrentam desafios importantes, como alto custo, necessidade de diagnóstico precoce e monitoramento médico rigoroso.

Além dos tratamentos mais recentes, medicamentos tradicionais continuam sendo utilizados, como inibidores da colinesterase, que ajudam a estabilizar temporariamente funções cognitivas e comportamentais.

Diagnóstico precoce ainda é desafio

Especialistas são unânimes ao afirmar que o diagnóstico precoce é essencial para retardar o avanço da doença e preservar a qualidade de vida. No entanto, há um descompasso entre a percepção e a prática.

Embora 94% dos brasileiros afirmem que procurariam ajuda médica ao notar falhas de memória, 88% admitem que a busca por atendimento ocorre apenas em fases mais avançadas. Entre aqueles que convivem com pacientes, 60%

relatam demora significativa no diagnóstico.

Outro dado preocupante aponta que apenas 46% da população já realizou algum tipo de avaliação cognitiva, mesmo com ampla maioria reconhecendo sua importância. O cenário reforça a necessidade de incluir a saúde cerebral nos check-ups de rotina.

Além dos impactos clínicos, o Alzheimer impõe forte carga emocional e financeira. O cuidado contínuo exige dedicação intensa de familiares e cuidadores, frequentemente gerando sobrecarga e desgaste.

Diante desse contexto, especialistas defendem políticas públicas voltadas ao envelhecimento saudável, ampliação do acesso ao diagnóstico e incentivo à pesquisa científica. Há evidências de que hábitos como alimentação equilibrada, atividade física e estímulo cognitivo podem reduzir riscos.

Com o envelhecimento acelerado da população brasileira, o avanço do Alzheimer deixa de ser apenas uma questão de saúde individual e se torna um desafio coletivo, que exige preparo do sistema de saúde e maior conscientização da sociedade.

*Por Eder Pereira

INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PIVETTA PREVÊ ENTREGA DA DUPLICAÇÃO DA BR-163 ATÉ DEZEMBRO

CRÉDITO: MAYKE TOSCANO/SECOM-MT



O TRECHO ENTRE CUIABÁ E ROSÁRIO OESTE É O MAIS COMPLEXO DO CRONOGRAMA

As obras de duplicação da BR-163 em Mato Grosso seguem em ritmo contínuo e registram avanços importantes ao longo do principal corredor logístico que conecta o norte do Estado à capital Cuiabá. A rodovia, essencial para o escoamento da produção agrícola e integração regional, passa por um processo de modernização conduzido pelo governo estadual, com foco na ampliação da capacidade de tráfego, segurança viária e melhoria da infraestrutura.

O governador Otaviano Pivetta destaca que o cronograma das intervenções está sendo cumprido e reforça a previsão de entrega de trechos ainda neste ano. Entre os destaques está o segmento entre Sinop e o Posto Gil, em Diamantino, cuja conclusão é prevista para dezembro, representando etapa decisiva da duplicação da rodovia.

No eixo norte, entre Sinop e

Sorriso, são aproximadamente 57 quilômetros em duplicação. A maior parte já está pavimentada, enquanto seguem obras complementares, como três pontes de concreto sobre os rios Celeste, Nandico e Caiabi. Também avançam serviços de drenagem, terraplenagem e adequações estruturais, garantindo segurança e durabilidade ao trecho.

Mais ao sul, entre Sorriso e Lucas do Rio Verde, frentes de trabalho atuam simultaneamente para dar continuidade à duplicação. O avanço ocorre de forma gradual, com equipes distribuídas ao longo do traçado, o que permite eficiência na execução das etapas previstas e manutenção do ritmo das obras.

No trecho entre Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, a pavimentação da nova pista segue em andamento. Esse segmento é estratégico para o escoamento da produção agrícola e para a ligação entre polos econômicos do médio-

-norte mato-grossense, fortalecendo o corredor logístico do Estado.

Recentemente, foi liberado ao tráfego um trecho de 11,4 quilômetros de pista duplicada entre Nova Mutum e Lucas do Rio Verde. Com isso, o total duplicado na região chega a 69 quilômetros, além de 43,2 quilômetros de pista restaurada. O contrato prevê cerca de 80 quilômetros de nova pista nesse eixo, ampliando a infraestrutura viária.

Segundo o governo estadual, com exceção do trecho entre Rosário Oeste e Cuiabá, os demais segmentos da BR-163 devem ser concluídos até o final deste ano, com entrega funcional da rodovia duplicada. Algumas estruturas complementares terão conclusão posterior.

O trecho entre Cuiabá e Rosário Oeste é o mais complexo do cronograma, com previsão de entrega até dezembro de 2028. Também está prevista a implantação do contorno viário de Lucas do Rio Verde, fundamental para melhorar o fluxo de veículos pesados e reduzir congestionamentos.

Além da duplicação, o pacote de investimentos inclui áreas de escape na Serra de São Vicente, conectividade 4G ao longo da rodovia e obras como o Trevão de Rondonópolis e o Complexo Viário do Trevo do Lagarto. Com essas ações, a BR-163 se consolida como um dos principais corredores logísticos do Centro-Oeste.

*Por Eder Pereira

INCLUSÃO INDÍGENA

MAX RUSSI FORTALECE AÇÕES EM SAÚDE INDÍGENA EM MATO GROSSO

CRÉDITO: GILBERTO LEITE/SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



A ATUAÇÃO LIDERADA POR MAX RUSSI REFORÇA O COMPROMISSO DA ALMT COM POLÍTICAS PÚBLICAS

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso, sob a liderança do presidente Max Russi, mantém como diretriz o fortalecimento contínuo de políticas públicas voltadas à saúde indígena. A atuação institucional concentra esforços na ampliação do acesso aos serviços, na qualificação do atendimento e na promoção de melhores condições de acolhimento às populações originárias em todo o estado.

Nesse contexto, a Câmara Setorial Temática (CST) da Saúde Indígena se consolida como ferramenta estratégica na construção de soluções efetivas. Criada em 2025 por iniciativa da presidência da Assembleia, a CST atua de forma permanente na promoção de debates, articulações e encaminhamentos que visam aprimorar a prestação de serviços. O foco está no atendimento humanizado, na escuta ativa das demandas e na

integração entre instituições públicas e representantes da sociedade civil.

Entre as ações de destaque está o projeto MT+Indígena, uma campanha solidária de arrecadação voltada ao atendimento das demandas da Casa de Saúde Indígena (Casai) de Cuiabá. A iniciativa mobiliza a sociedade para a doação de itens essenciais, como materiais de higiene pessoal, roupas, brinquedos e materiais educativos, contribuindo diretamente para o bem-estar dos indígenas em tratamento fora de suas comunidades de origem.

A Casai Cuiabá exerce papel fundamental como unidade de apoio, acolhendo indígenas provenientes de diversas regiões que necessitam de atendimento especializado. Durante o período de tratamento, pacientes e acompanhantes permanecem no local, o que reforça a importância de garantir uma estrutura adequada e condições

dignas de permanência. Em média, cerca de 300 pessoas são atendidas mensalmente, evidenciando a relevância do serviço e a necessidade contínua de suporte.

A atuação liderada por Max Russi reforça o compromisso da Assembleia Legislativa com políticas públicas inclusivas e com a promoção da dignidade humana. Ao incentivar iniciativas como o MT+Indígena, a gestão fortalece a rede de apoio existente, amplia o alcance das ações e contribui para melhorias concretas no atendimento às populações indígenas.

A mobilização também evidencia a importância da participação social como elemento complementar às políticas públicas. A união entre poder público e sociedade permite a construção de soluções mais eficazes, garantindo não apenas o acesso à saúde, mas também melhores condições de acolhimento para aqueles que se deslocam em busca de tratamento.

Dessa forma, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso reafirma seu papel institucional na promoção de iniciativas que valorizam a vida, respeitam as diversidades culturais e asseguram direitos fundamentais, consolidando o compromisso permanente com a saúde e o bem-estar dos povos indígenas.

*Por Eder Pereira

SAÚDE PÚBLICA

DR. JOÃO LIDERA ARTICULAÇÃO E ASSEGURA CONTINUIDADE DO SAMU EM MT



FOTO: MATEUS CASSIMIRO

EXPERIÊNCIAS EXITOSAS EM MUNICÍPIOS DO ESTADO REFORÇAM A VIABILIDADE

O primeiro-secreatário da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), deputado estadual Dr. João (MDB), conduz atuação institucional voltada à

garantia da continuidade dos serviços prestados pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) no Estado. A renovação dos contratos de 56 profissionais consolida um processo de articulação política e técnica que assegura a manutenção de uma estrutura essencial ao atendimento pré-hospitalar.

Desde o início do cenário de instabilidade, o parlamentar assume protagonismo na interlocução entre os profissionais, o Governo do Estado e os órgãos competentes, reforçando a necessidade de preservação do serviço e da valorização das equipes. A atuação inclui reuniões institucionais, encaminhamento de

demandas e acompanhamento permanente das medidas adotadas.

No âmbito da ALMT, Dr. João fortalece o papel da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social como espaço de mediação e construção de soluções.

A condução dos trabalhos prioriza o diálogo, a responsabilidade administrativa e a defesa do interesse público, especialmente diante de situações que envolvem a continuidade de serviços essenciais.

A articulação institucional também envolve o alinhamento com o Ministério da Saúde, com o objetivo de garantir respaldo técnico e avaliar as condições estruturais do atendimento. Visto-

rias, levantamentos e análises contribuem para subsidiar decisões e evitar prejuízos à população atendida pelo sistema de urgência e emergência.

Ao longo do processo, o deputado sustenta o entendimento de que a atuação integrada entre o Samu e o Corpo de Bombeiros representa um caminho eficiente para o fortalecimento do atendimento pré-hospitalar. Experiências exitosas em municípios do Estado reforçam a viabilidade da cooperação técnica como estratégia de ampliação da capacidade de resposta.

A condução das tratativas reafirma o compromisso do Parlamento estadual com a estabilidade dos serviços pú-

blicos de saúde, evidenciando a importância da atuação legislativa na mediação de conflitos e na construção de soluções sustentáveis.

Nesse contexto, a renovação dos contratos representa não apenas a manutenção de postos de trabalho, mas a preservação de um serviço estratégico para a população mato-grossense.

A iniciativa reforça a diretriz de que políticas públicas na área da saúde devem ser conduzidas com planejamento, diálogo institucional e responsabilidade social, assegurando atendimento contínuo, eficiente e de qualidade.

**Por Eder Pereira*

GESTÃO AMBIENTAL

SÉRGIO RICARDO INTENSIFICA AÇÕES DIANTE DE EMERGÊNCIA AMBIENTAL



FOTO: TONY RIBEIRO

OS RESULTADOS JÁ INDICAM AVANÇOS RELEVANTES.

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), sob a liderança do conselheiro Sérgio Ricardo, intensifica a atuação institucional para garantir o cumprimen-

to das medidas previstas no Decreto nº 2.015/2026, que estabelece estado de emergência ambiental em razão do risco elevado de incêndios florestais no estado. A orientação do órgão desta-

ca que o atendimento aos prazos e às determinações legais por parte dos gestores públicos é essencial para a mitigação dos impactos ambientais e sociais.

À frente também da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Sustentabilidade (COPMAS), Sérgio Ricardo conduz uma agenda estratégica baseada na prevenção e no planejamento como pilares da gestão pública. O decreto estadual define diretrizes claras, como a proibição do uso do fogo para limpeza e manejo de áreas no período crítico, entre julho e novembro, quando as condições climáticas favorecem a propagação das queimadas.

A atuação do TCE-MT parte do entendimento de que eventos extremos exigem respostas antecipadas

e estruturadas. Nesse sentido, a condução institucional reforça que a previsibilidade dessas ocorrências impõe aos gestores a adoção de medidas concretas, fundamentadas em planejamento técnico e no cumprimento rigoroso das normas vigentes.

Como parte desse processo, o Tribunal investe na qualificação da gestão pública.

A capacitação “Proteção e Defesa Civil – Plano de Contingência” reúne gestores municipais e estaduais na construção de estratégias eficazes, com foco na organização das equipes, elaboração de planos e acesso a recursos financeiros para resposta rápida.

Os resultados já indicam avanços relevantes. Dados apontam redução nos focos de calor no estado, de-

monstrando que a atuação preventiva e coordenada contribui para a preservação ambiental, a proteção da população e o uso mais eficiente dos recursos públicos.

Além da orientação técnica, o TCE-MT atua de forma integrada ao Comitê Estadual de Gestão do Fogo, fortalecendo a articulação institucional para ações de prevenção, monitoramento e responsabilização de práticas ilegais. O decreto também prevê uma estrutura estratégica de monitoramento voltada à resposta ágil nos períodos mais críticos.

A atuação liderada por Sérgio Ricardo reafirma o compromisso do Tribunal com a eficiência da gestão pública e com a sustentabilidade, consolidando o papel do controle externo como indutor de boas práti-

cas e defensor do interesse coletivo diante dos desafios ambientais.

Além disso, o Tribunal reforça a importância da transparência e da prestação de contas como instrumentos fundamentais para o controle social e a efetividade das políticas públicas ambientais. A instituição também incentiva o uso de tecnologias de monitoramento e a integração de dados entre os órgãos competentes, permitindo respostas mais rápidas e assertivas diante de possíveis focos de incêndio. Esse conjunto de ações evidencia uma atuação cada vez mais proativa e alinhada às demandas contemporâneas de governança ambiental.

**Por Eder Pereira*

POLÍTICA NACIONAL

GOVERNO ARTICULA TRANSIÇÃO DE DOIS ANOS PARA FIM DA 6X1



FOTO: RENATO ARAÚJO / CÂMARA DEPUTADOS

OUTRO PONTO CONSIDERADO ESTRATÉGICO É O POTENCIAL DE REDISTRIBUIÇÃO DE OPORTUNIDADES NO MERCADO DE TRABALHO.

O governo federal intensifica a articulação política para viabilizar a transição do atual modelo de trabalho 6x1 para o regime

5x2 em um prazo máximo de dois anos. A proposta, em debate no Congresso Nacional, prevê a redução progressiva da jornada semanal de 44 para 40

horas até 2028, dentro de uma estratégia que busca modernizar as relações de trabalho no país e promover maior equilíbrio entre produtividade e qualidade

de vida dos trabalhadores.

A iniciativa está vinculada a uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) tratada como prioritária pelo Executivo. A avaliação do governo é de que um período mais curto de adaptação pode gerar impactos positivos na economia, estimulando a reorganização das escalas de trabalho, incentivando a criação de novos postos formais e contribuindo para a ampliação da formalização. Além disso, a medida busca alinhar o Brasil a práticas internacionais, onde jornadas reduzidas têm sido associadas a ganhos de eficiência, saúde ocupacional e maior engajamento dos profissionais.

Outro ponto considerado estratégico é o potencial de redistribuição de oportunidades no mercado de trabalho. Com a redução da carga horária, empre-

sas podem ser levadas a ampliar seus quadros para manter o nível de produção, o que pode contribuir para a diminuição do desemprego e o fortalecimento da economia interna. A proposta também dialoga com mudanças recentes nas dinâmicas laborais, como a valorização de modelos mais flexíveis e sustentáveis. Por outro lado, representantes de sindicatos patronais e do setor de serviços defendem um prazo maior para a implementação, sugerindo uma transição de até quatro anos. Segundo essas entidades, segmentos intensivos em mão de obra precisam de mais tempo para ajustar contratos, recalibrar custos e reorganizar jornadas sem comprometer a operação. Nesse cenário, a adoção integral das 40 horas semanais ocorreria apenas em 2030.

No Congresso Nacional, o tema ainda enfrenta divergências entre parlamentares. Parte das lideranças considera mais adequada uma transição gradual mais longa, enquanto outra ala sustenta o cronograma mais curto proposto pelo governo. O relator da matéria trabalha para manter um texto alinhado ao Executivo, ao mesmo tempo em que busca consenso político.

A articulação também envolve o Senado Federal, com o objetivo de evitar mudanças que atrasem a tramitação. A expectativa é que a PEC avance nas duas Casas e seja promulgada antes do período eleitoral, consolidando uma mudança estrutural no mercado de trabalho brasileiro.

**Por Eder Pereira*

ENTREVISTA DA SEMANA

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E ATUAÇÃO NA DEFENSORIA PÚBLICA

Tânia Regina de Matos é Defensora Pública do Estado de Mato Grosso, instituição na qual atua há mais de 25 anos, construindo uma trajetória marcada pelo compromisso com a efetivação dos direitos fundamentais, o acesso à justiça e a defesa das populações em situação de vulnerabilidade. Atualmente, exerce suas funções no Núcleo da Segunda Instância Criminal, onde também desempenha a função de coordenadora, contribuindo para a organização estratégica das atividades institucionais e para o fortalecimento da atuação da Defensoria Pública em instâncias superiores. Ao longo de sua carreira, destacou-se pela atuação consistente na área de Execução Penal e no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, sendo referência na construção de práticas institucionais voltadas à proteção de vítimas e ao fortalecimento de políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero. Sua atuação também se estende ao desenvolvimento de estratégias de articulação entre órgãos do sistema de justiça e demais instituições públicas, promovendo a consolidação de redes intersetoriais de atendimento. Antes de ingressar na Defensoria Pública, atuou como Assessora Jurídica na Câmara Municipal de Várzea Grande, experiência que contribuiu para sua formação no



CRÉDITO: ARQUIVO PESSOAL

ATUALMENTE, EXERCE SUAS FUNÇÕES NO NÚCLEO DA SEGUNDA INSTÂNCIA CRIMINAL

campo jurídico e para o desenvolvimento de uma visão ampliada sobre a administração pública e o papel das instituições na garantia de direitos. Além disso, sua trajetória é marcada pela participação em projetos institucionais voltados à inovação e à qualificação do atendimento ao público, com foco na humanização dos serviços e na ampliação do acesso à justiça para comunidades historicamente marginalizadas.

Além de sua atuação jurídica e acadêmica, Tânia Regina de Matos possui destacada participação em espaços de articulação social, insti-

tucional e política. É cofundadora de importantes organizações voltadas à promoção da igualdade de gênero e ao fortalecimento da presença feminina em espaços de poder, como a Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica de Mato Grosso (ABMCJ-MT), da qual também exerceu a presidência, além da BPW-Várzea Grande e do Movimento Conecta, que integra diferentes coletivos de mulheres da região. Atua também em iniciativas de apoio psicossocial a mulheres em situação de violência, como a Liga LÍRIOS, reforçando seu compromisso

com o acolhimento e a reconstrução de trajetórias de vida marcadas por vulnerabilidades sociais. Sua atuação institucional se estende a conselhos, comissões e programas de proteção, incluindo participação no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH/MT) e em comissões nacionais voltadas à justiça climática, direitos humanos e enfrentamento ao assédio institucional. Reconhecida por sua contribuição ao longo dos anos, recebeu diversas homenagens, moções de aplausos e títulos honoríficos concedidos por instituições públicas, re-

forçando a relevância de sua atuação no cenário jurídico e social de Mato Grosso. Sua trajetória evidencia um compromisso permanente com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, pautada pela defesa intransigente dos direitos humanos e pela valorização da cidadania.

A trajetória acadêmica de Tânia Regina de Matos é ampla e multidisciplinar, refletindo sua constante busca por aperfeiçoamento profissional e aprofundamento teórico nas áreas do Direito, das Ciências Humanas e das Políticas Públicas. Graduada

em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso (1993), especializou-se em Ciências Penais pela Universidade de Cuiabá, consolidando sua base de atuação no campo do Direito Penal e da justiça criminal. Possui ainda especialização em Direitos Humanos e Contemporaneidade pela Universidade Federal da Bahia, onde desenvolveu estudos voltados à proteção de grupos vulneráveis e à efetivação dos direitos humanos no contexto brasileiro. É mestre em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso, com pesquisa centrada na atuação da Defensoria Pública na formação de redes de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, especialmente no município de Várzea Grande. Atualmente, é doutoranda em Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), desenvolvendo pesquisa sobre resistência de mulheres na agroecologia e os impactos dos conflitos sociais no território mato-grossense. Sua produção acadêmica inclui livros, artigos científicos, capítulos de livros e participações em eventos nacionais e internacionais, com ênfase em direitos das mulheres, justiça social, democracia e políticas públicas.

*Por Eder Pereira

SIGA NOSSAS

REDES SOCIAIS

NOTÍCIAS EM TEMPO REAL

APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR



f j i y g x
@omatogrosso

ACESSE:
www.omatogrosso.com
E FIQUE ATUALIZADO!



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

CULTURA MOVIMENTA ECONOMIA E REFORÇA ARRECADAÇÃO NO PAÍS

Muito além dos palcos, museus e festivais, a cultura tem se mostrado uma engrenagem relevante da economia brasileira. Investir no setor, segundo estudos de instituições reconhecidas, não apenas fomenta a produção artística, como também ativa uma cadeia produtiva capaz de gerar empregos, movimentar serviços e ampliar a arrecadação de impostos.

Levantamentos realizados pela Fundação Getúlio Vargas apontam que políticas de incentivo cultural podem produzir efeitos econômicos superiores ao valor investido, especialmente quando há planejamento e continuidade. Um dos exemplos analisados é a Lei Rouanet, principal mecanismo federal de fomento, que mobiliza recursos privados para financiar projetos culturais em todo o país.

Esse retorno econômico



NA PRÁTICA, O IMPACTO VAI ALÉM DO ESPETÁCULO.

ocorre por diferentes caminhos. Entre os principais fatores estão a geração de empregos diretos e indiretos, a movimentação do turismo, o consumo em cadeia (envolvendo hotéis, restaurantes, transporte e comércio) e a arrecadação de impostos, como ISS e ICMS. Trata-se de um ci-

clo no qual o investimento inicial se espalha por diversos setores da economia.

Na prática, o impacto vai além do espetáculo. Um exemplo recente ajuda a ilustrar esse efeito: apresentações como da cantora Shakira em grandes centros urbanos costumam mobilizar milhares de pessoas, atraindo público de diferentes regiões. Esse tipo de evento gera alta ocupação na rede hoteleira, aumento no fluxo de bares e restaurantes, maior demanda por transporte e aquecimento do comércio local, efeitos que se refletem diretamente na economia e na arrecadação municipal.

O fenômeno é conhecido como **“efeito multiplicador”**, conceito econômico que explica como um investimento inicial se espalha por diferentes áreas da economia. No caso da cultura, esse efeito costuma ser significativo justamente por envolver uma cadeia ampla e diversificada de profissionais e serviços.

Dados da UNESCO reforçam esse cenário ao destacar que as indústrias culturais e criativas estão

entre as mais dinâmicas do mundo, sendo responsáveis por milhões de empregos e por uma fatia relevante da economia global. No Brasil, esse potencial se evidencia especialmente em regiões onde a cultura está associada ao turismo e às tradições locais.

Além dos números, o investimento em cultura também produz impactos sociais importantes. Projetos culturais ampliam o acesso da população à arte, incentivam a formação de novos profissionais e contribuem para a valorização da identidade regional. Em muitos casos, são ferramentas de inclusão e transformação social, especialmente em comunidades com menor acesso a políticas públicas.

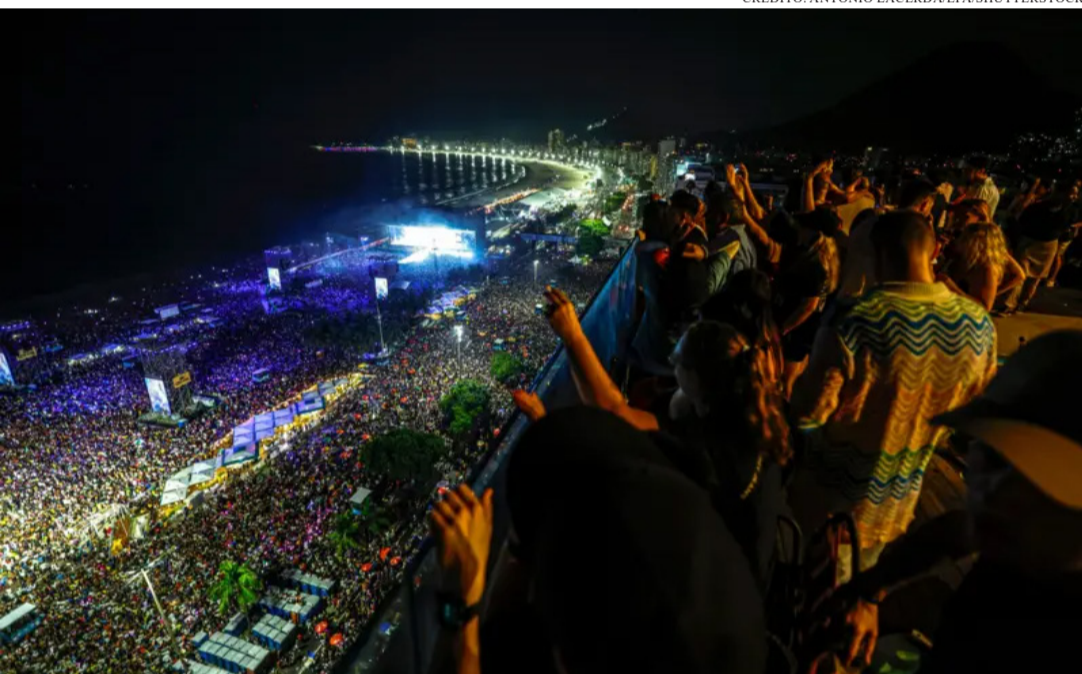
Especialistas, no entanto, fazem uma ressalva importante: não existe um retorno padrão válido para todos os investimen-

tos. Os resultados variam conforme o tipo de projeto, o alcance de público e a forma de execução. Ainda assim, há consenso de que o setor cultural, quando bem estruturado, apresenta capacidade consistente de gerar benefícios econômicos e sociais.

Diante desse cenário, a cultura deixa de ser vista apenas como um gasto e passa a ocupar espaço estratégico nas políticas de desenvolvimento. Ao integrar economia, turismo e identidade local, o setor se consolida como um dos caminhos possíveis para dinamizar regiões e fortalecer a arrecadação pública de forma sustentável.

Mais do que entretenimento, investir em cultura é apostar em um ciclo que conecta criatividade, geração de renda e crescimento econômico, com efeitos que se refletem dentro e fora dos cofres públicos.

**Por Matheus Marques*



APRESENTAÇÕES COMO DA CANTORA SHAKIRA EM GRANDES CENTROS URBANOS COSTUMAM MOBILIZAR MILHARES DE PESSOAS



FOTO: VALTER DE PAULA

OS RESULTADOS VARIAM CONFORME O TIPO DE PROJETO, O ALCANCE DE PÚBLICO E A FORMA DE EXECUÇÃO

GP DE MIAMI

ANTONELLI SEGURA NORRIS NO FIM, VENCE EM MIAMI E DISPARA NO MUNDIAL

O italiano Kimi Antonelli segue escrevendo um início de temporada digno de veterano. Neste domingo (03/05), o piloto da Mercedes venceu o Grande Prêmio de Miami, disputado no Autódromo Internacional de Miami, e chegou ao terceiro triunfo consecutivo no campeonato. O jovem ampliou sua vantagem na liderança do Mundial de Pilotos, agora com 100 pontos.

A vitória, no entanto, esteve longe de ser fácil. Nas voltas finais, Antonelli precisou administrar a pressão constante de Lando Norris, da McLaren, em uma batalha roda a roda que levantou o paddock. Norris cruzou a linha de chegada em segundo, enquanto seu companheiro de equipe, Oscar Piastri, completou o pódio na terceira posição, consolidando o bom fim de semana da escuderia britânica.

Alteração de horário

A corrida teve seu roteiro alterado antes



CRÉDITO: X/MERCEDES

COM O RESULTADO, O ITALIANO SE IGUALA A NOMES HISTÓRICOS DA CATEGORIA, COMO DAMON HILL E MIKA HAKKINEN

mesmo da largada. Por conta de alertas meteorológicos emitidos pelo Sistema Nacional de Meteorologia dos Estados Unidos, indicando risco de tempestades severas e descargas elétricas no sul da Flórida, a organização optou por antecipar a prova. A decisão teve o objetivo de evitar um possível cancelamento,

já que o protocolo local prevê interrupção imediata em caso de raios, uma variável que costuma bagunçar estratégias e embaralhar o grid.

Mesmo com a mudança, Antonelli manteve a cabeça fria e executou uma corrida limpa. Com o resultado, o italiano se iguala a nomes históricos da categoria, como Da-

mon Hill e Mika Hakkinen, ao conquistar suas três primeiras vitórias na Fórmula 1 de forma consecutiva. Em 28 Grandes Prêmios disputados, o piloto soma agora três vitórias, três poles e sete pódios.

A Mercedes, aliás, vive um início de campeonato dominante. O companheiro de equipe de An-

tonelli, George Russell, aparece na segunda colocação do Mundial, com 80 pontos, garantindo a dobradinha da equipe alemã na tabela.

Situação do brasileiro

Entre os destaques do grid, o brasileiro Gabriel Bortoleto, da Audi, protagonizou uma corrida de

recuperação. Após largar apenas na 21ª posição, o piloto escalou o pelotão e terminou em 12º, ficando próximo da zona de pontuação, mas sem pontuar.

Messi no paddock

Fora das pistas, o paddock também teve presença ilustre. O atacante Lionel Messi acompanhou de perto a movimentação no circuito e visitou os boxes da Mercedes. O camisa 10 chegou a entrar no carro de Antonelli, líder do campeonato, e circulou pelo evento ao lado da esposa, Antonella Rocuzzo, e dos filhos.

Com três vitórias em sequência e controle total da temporada até aqui, Antonelli deixa Miami não apenas como vencedor, mas como o nome a ser batido no grid. Se mantiver o ritmo, o italiano pode transformar o início promissor em uma campanha histórica.

**Por Cami Almeida - sob supervisão de Gene Lannes*

SAÚDE PÚBLICA

LACEN-MT MODERNIZA DIAGNÓSTICO DE MENINGITE COM RT-PCRMT

O Laboratório Central de Saúde Pública de Mato Grosso (Lacen-MT), vinculado à Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT), consolidou-se como uma das principais referências em diagnóstico laboratorial de meningites no estado e no Brasil, atuando de forma estratégica na vigilância epidemiológica e no suporte às decisões clínicas da rede pública.

Nos últimos anos, a unidade passou por um processo de modernização com a implantação da técnica de Reação em Cadeia da Polimerase em Tempo Real (RT-PCR), incorporada a partir de 2024. Essa tecnologia permite identificar com precisão vírus, bactérias e fungos responsáveis por casos de meningite, oferecendo maior agilidade e confiabilidade nos resultados.

Com a adoção do PCR-RT, o tempo de liberação dos exames da doença meningocócica foi reduzido para até 24 horas, o que representa um avanço importante no enfrentamento da doença, especialmente nos casos graves, em que o diagnóstico rápido é essencial para o início imediato do tratamento.

Entre janeiro de 2023 e abril de 2026, o Lacen-MT liberou 1.174 exames relacionados à investigação de meningite bacteriana, reforçando sua atuação como suporte técnico fundamental para hospitais e unidades de saúde em todo o estado.

Segundo a gestão estadual, os investimentos realizados no laboratório fortalecem a capacidade



A PREVENÇÃO É BASEADA NA VACINAÇÃO, DISPONÍVEL NO SUS

de de resposta do sistema público de saúde. O secretário de Estado de Saúde, Juliano Melo, destaca que a modernização garante diagnósticos mais rápidos e seguros, além de ampliar a eficiência no atendimento à população.

A diretora do Lacen-MT, Elaine Cristina de Oliveira, ressalta que a meningite é uma doença de notificação compulsória, devendo ser informada às autoridades em até 24 horas após a suspeita, permitindo a adoção de medidas rápidas de controle epidemiológico.

A meningite é uma inflamação das meninges, membranas que envolvem o cérebro e a medula espinhal, podendo ser causada por vírus, bactérias ou fungos. As formas bacterianas são as mais graves e exigem diagnóstico e tratamento imediatos.

Os sintomas incluem febre alta, dor de cabeça intensa, rigidez na nuca, náuseas, vômitos e, em casos graves, confusão mental. A trans-

missão ocorre por secreções respiratórias, com incubação entre dois e dez dias.

Existem diferentes tipos de meningite, incluindo meningocócica, pneumocócica, tuberculosa, viral e fúngica, além de formas não infecciosas associadas a traumas e doenças inflamatórias.

A prevenção é baseada na vacinação, disponível no SUS, com a vacina meningocócica C para bebês e a ACWY para reforço em crianças e adolescentes.

Em Mato Grosso, a cobertura vacinal contra meningococo C em menores de um ano é de 98,72%, contribuindo para a redução de casos e proteção coletiva.

O trabalho do Lacen-MT integra vigilância, diagnóstico e resposta rápida, fortalecendo a saúde pública e o controle das meningites no estado.

O fortalecimento do Lacen-MT também está relacionado à ampliação de sua infraestrutura laboratorial, com aquisição de equipa-

mentos de alta precisão, automação de processos e capacitação contínua das equipes técnicas. Essas melhorias contribuem diretamente para a qualidade dos resultados emitidos e para a confiabilidade dos diagnósticos realizados no estado.

A atuação integrada com a rede hospitalar e com as unidades de vigilância em saúde permite que os casos suspeitos de meningite sejam acompanhados de forma mais eficiente, garantindo resposta rápida em situações de surtos ou aumento de notificações.

Outro ponto importante é o papel educativo e orientador do laboratório dentro da rede pública, auxiliando profissionais de saúde na interpretação de resultados e na adoção de medidas clínicas adequadas, especialmente em casos de maior gravidade.

A meningite continua sendo um desafio para a saúde pública devido ao seu potencial de rápida dissemina-

ção e evolução clínica. Por isso, a vigilância constante e o diagnóstico precoce são considerados fundamentais para reduzir impactos na população.

A integração entre tecnologia, capacitação profissional e políticas de imunização fortalece a estratégia de enfrentamento da doença em Mato Grosso, ampliando a capacidade de prevenção e controle.

Além disso, o monitoramento contínuo dos agentes causadores permite identificar mudanças no perfil epidemiológico da doença, auxiliando na atualização de protocolos e na definição de estratégias de vacinação mais eficazes.

O Lacen-MT também atua em consonância com diretrizes nacionais de vigilância laboratorial, contribuindo para o sistema de informação em saúde e para a construção de dados que subsidiam políticas públicas em todo o país.

Dessa forma, o laboratório se mantém como peça-

-chave no enfrentamento das meningites, garantindo respostas rápidas, seguras e baseadas em evidências científicas, com impacto direto na proteção da população.

A ampliação dos serviços também reflete o compromisso do Estado com a regionalização da saúde, aproximando os diagnósticos dos municípios e reduzindo desigualdades no acesso a exames especializados. Isso evita atrasos no início do tratamento e contribui para melhores desfechos clínicos.

O uso de tecnologias moleculares como o RT-PCR coloca o Lacen-MT em patamar avançado dentro da saúde pública, permitindo maior precisão na diferenciação entre tipos de meningite e auxiliando na escolha de terapias mais adequadas.

As ações de vigilância também incluem a análise de tendências epidemiológicas ao longo do ano, permitindo identificar períodos de maior incidência e orientar campanhas de prevenção e reforço vacinal.

Com esse conjunto de ações, o laboratório reforça seu papel estratégico na proteção da população mato-grossense, atuando de forma integrada com gestores, profissionais de saúde e instituições de ensino e pesquisa. O aprimoramento contínuo garante maior segurança sanitária e fortalece a resposta rápida diante de possíveis surtos no estado em saúde pública atual.

**Por Eder Pereira*

NACIONAL

ANVISA AUTORIZA BUTANTAN A PRODUZIR VACINA CHIKUNGUNYA

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) já autorizou neste início do mês de maio, o Instituto Butantan a iniciar a produção da vacina contra a chikungunya. O imunizante, chamado Butantan-Chik, será fabricado em parceria com a farmacêutica franco-austriaca Valneva, consolidando um novo passo na estratégia de ampliação da capacidade produtiva no Brasil.

A decisão ocorre após a vacina já ter sido aprovada anteriormente, em abril de 2025, quando passou a ter produção concentrada nas instalações da Valneva. Com a nova autorização, o processo passa a ser transferido gradualmente para o Butantan, que assume papel central na fabricação em território nacional.

Segundo o instituto, a mudança representa um avanço importante na autonomia do país na produção de imunizantes. O diretor do Butantan, Esper Kallás, destacou que a produção em uma instituição



CERCA DE 98,9% DOS PARTICIPANTES DESENVOLVERAM ANTICORPOS NEUTRALIZANTES CONTRA O VÍRUS DA CHIKUNGUNYA.

pública permite maior escala e redução de custos. Ele afirmou que a vacina poderá ser entregue com preço mais acessível ao sistema de saúde, mantendo padrões de segurança e eficácia.

A vacina Butantan-Chik já passou por etapas de tes-

tes clínicos antes da liberação. Em estudos realizados com cerca de 4 mil voluntários nos Estados Unidos, com idades entre 18 e 65 anos, foi observada uma resposta imunológica elevada. De acordo com dados divulgados pelo periódico científico The Lancet, cerca

de 98,9% dos participantes desenvolveram anticorpos neutralizantes contra o vírus da chikungunya.

Além da forte resposta imunológica, os testes indicaram que os eventos adversos registrados foram leves e transitórios, reforçando o perfil de segurança

do imunizante.

No cenário epidemiológico, a decisão ganha relevância diante do avanço da doença. O Brasil registrou mais de 127 mil casos de chikungunya em 2025, com 125 mortes confirmadas, segundo dados do Ministério da Saúde. Em

nível global, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) estima cerca de 620 mil casos no mesmo período.

A chikungunya é transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, o mesmo vetor da dengue e da zika, o que amplia o desafio de controle em áreas urbanas e tropicais. A introdução de uma vacina no Sistema Único de Saúde (SUS) é vista como uma das principais estratégias para reduzir a incidência e as complicações da doença no país.

Com a autorização da Anvisa, o próximo passo será a ampliação da produção industrial pelo Butantan e a definição dos cronogramas de incorporação do imunizante às políticas públicas de vacinação. O governo e a comunidade científica acompanham a etapa como um marco para a saúde pública e para o fortalecimento da produção nacional de vacinas.

**Por Eder Pereira*

ACREDITE.
Não foi só um
empurrão,
foi agressão.



**Não ignore.
Se percebeu
a violência,
denuncie.**

DISQUE 180
TOLERÂNCIA ZERO
NO COMBATE À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER

